

PROBLEMATIZANDO O CURRÍCULO DA ALFABETIZAÇÃO: CICLO, TEMPO E PLANEJAMENTO EM QUESTÃO

Bonnie Aixer¹

Resumo: A partir de minha pesquisa de Doutorado, busco nesse trabalho questionar o discurso do PNAIC destacando a relação de força entre currículo, tempo e alfabetização. Com base no pós-estruturalismo, penso que tal relação faz parte de uma rede política que envolve planejamento, sugestões didáticas e avaliação, mas se constitui como pacto falido ao tentar fixar uma definição para alfabetização.

Introdução

O presente artigo é fruto da minha tese de doutorado: “*Todos precisam saber ler e escrever - uma reflexão sobre a Rede de Equivalências da Alfabetização na Idade Certa*” aonde o pano de fundo foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e os materiais destinados à formação de professores alfabetizadores. Meu desejo foi questionar o discurso da *idade certa* e seus desdobramentos devido o afastamento que esse possui das defesas que a política em questão faz sobre o ensino da leitura e da escrita. Nesse sentido, a partir das perspectivas discursivas dos campos do Currículo (Lopes e Macedo, 2011) e Alfabetização (Smolka, 1989) esse artigo interpreta o PNAIC enquanto política curricular e problematiza os fechamentos de sentidos que acontecem nesse pacto e que definem um currículo nacional para a alfabetização.

Meu diálogo com esses campos se deu a partir dos cadernos de formação direcionados aos professores alfabetizadores que recolocam questões no centro da discussão e amarram os sentidos para currículo e alfabetização. Optei nesse sentido pelos cadernos da Unidade 1 pois são os cadernos dedicados ao currículo. Penso que o termo currículo e as relações que ele produz dentro e fora da escola são demasiadamente potentes, no sentido de que estamos falando de um artefato que se produz num jogo político, discursivo e cultural que envolve a escola, interna ou externamente. Mas ainda que eu perceba a amplitude da produção curricular, o desejo de centralização que temos vivenciado em políticas educacionais recentes – como o PNAIC – é uma maneira encontrada de cercear tal potencialidade. Esse cerceamento deixa claro quais sentidos para currículo permanecem e quais deixam de existir para se pensar um *caminho único* para a alfabetização nacional.

Embora a tentativa de toda política educacional seja o fechamento definitivo de significação, penso ser impossível um único discurso curricular para a alfabetização; este não se universaliza em absoluto visto que é um jogo político definido provisoriamente, segundo Laclau e Mouffe (2015). Esse jogo não finaliza uma vez que a alfabetização é, a meu ver, toda e qualquer produção de sentidos que abarca os atos de ler e escrever.

Desenvolvimento

Parto da interpretação dos entendimentos sobre currículo e alfabetização que fazem parte de uma rede de relações de força que envolvem também avaliação, propostas didáticas e materiais para olhar para alguns materiais de formação do PNAIC. Essa rede de relações se constitui de posições de poder sem uma definição fixa do que é ser/estar alfabetizado ou

¹ Doutora em Educação e professora assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP/UERJ). E-mail: bonnieaxer@gmail.com.

determinação *a priori*, no entanto trata-se de uma relação política que é definida provisoriamente. Embora a tentativa de toda e qualquer política educacional seja a busca de um fechamento definitivo de significação para uma cadeia relacional, o que poderia tornar universal (interpretada como hegemônica) um único discurso curricular para a alfabetização, por exemplo, este não se universaliza em absoluto jamais, pois, segundo Laclau & Mouffe (2015), seria o fim do jogo político.

Análises dos cadernos de formação: Unidade 1 de cada ano do ciclo de alfabetização

<u>CURRÍCULO</u>	<u>UNIDADE 1 - ANO 1</u>	<u>UNIDADE 1 - ANO 2</u>	<u>UNIDADE 1 - ANO 3</u>
	<p><i>“Nessa direção, um currículo multicultural implica propostas curriculares inclusivas que compreendem as diferenças e valorizam os alunos em suas especificidades, seja cultural, linguística, étnica ou de gênero, o que amplia o acesso à alfabetização a um maior número de crianças, além de respeitar os seus direitos de aprendizagem” (p. 14).</i></p>	<p><i>“O currículo no ciclo de alfabetização configura-se como um produto histórico-cultural, norteador das práticas de ensino da leitura e da escrita, refletindo as relações pedagógicas da organização escolar” (p. 7).</i></p>	<p><i>“É importante reconhecer que, embora exista uma busca para a garantia de que no cotidiano de uma escola haja diretrizes coletivas entre suas comunidades e crenças partilhadas por aqueles que a protagonizem, é importante não se esquecer de que o currículo em ação se dá por meio de negociações constantes. Há sempre uma correlação de forças de poder em jogo, em que os consensos precisam ser construídos entre os grupos dentro de cada escola. Por outro lado, é necessário reconhecer também a existência de grandes acordos concretizados em documentos oficiais que possam dar uma homogeneidade aos sistemas de ensino brasileiros” (p. 7).</i></p>

Para o desenvolvimento deste artigo, trago a discussão de currículo da alfabetização que o PNAIC apresenta em seu programa de formação com a defesa de ciclo. Somente após a discussão sobre a produção e a organização de um currículo para a alfabetização é possível perceber alguns diferentes entendimentos para “*ler e escrever*” que, a meu ver, disputam para significar uma alfabetização na idade certa.

No intuito de trazer os sentidos nos quais o currículo do PNAIC se fecha, trago um breve resumo do quadro que fiz para cada uma das categorias que escolhi para serem meu norte de análise: Currículo e Alfabetização.

Tais quadros foram necessários para traçar um caminho de análise dos materiais de formação do PNAIC. Sendo assim, neste momento trago uma parte do quadro produzido para a categoria Currículo, a fim de tentar evidenciar os deslizamentos que tal categoria sofre ao longo dos anos e dos materiais.

A defesa em relação ao currículo presente nos materiais do PNAIC analisados, de forma explícita ou não, é de um currículo inclusivo e multicultural e vão desenhando teoricamente um currículo que seja “*criação, recriação, contestação e transgressão*” (p. 7). Assistimos, com base nesses autores, a um desenho curricular que entende que as “experiências escolares se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes” (p. 18).

É interessante observar os deslizamentos e as estratégias que a política curricular do PNAIC encontra para endossar seu entendimento sobre currículo. Percebo, ao longo dos três cadernos de formação, uma transição do currículo defendido, de uma abordagem mais ampla que sofre um estreitamento e passa a se apresentar como planejamento.

Sendo assim, é notável a presença de uma discussão mais geral que entende o currículo numa perspectiva cultural e histórica, em que há o entendimento de que mudanças no currículo são acarretadas pelas mudanças na área da alfabetização. Percebo também a valorização do ambiente escolar e das experiências vividas nele e a necessidade de incluir e garantir que todos tenham o direito ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, chega-se a defesa do ciclo de alfabetização, uma estratégia pedagógica de organização escolar, que se condensa, via PNAIC, pelo “para que” e o “como” ensinar articuladas ao “para quem”.

Chama-me a atenção que, atrelada a uma defesa de ciclo, há paralelamente uma defesa de precisão nessa organização, principalmente em relação aos conteúdos e ao planejamento, atravessada pela marcação do tempo que é (res)significada via ciclo.

Assim, no terceiro ano, podemos nos dedicar a ajudar as crianças a ganhar mais fluência de leitura e desenvoltura na escrita, além de inseri-las em situações de leitura e de produção de textos mais complexas que as com que elas se depararam nos anos anteriores. No entanto, caso algumas crianças ainda não tenham alcançado o domínio da base alfabetica, é necessário favorecer também essas aprendizagens (BRASIL, 2012c, p. 19 -20).

Percebo recomendações para os professores do que precisa ser feito, o que, por determinado momento, condensa o currículo na perspectiva de manual, em que o tempo que passa a ser relativizado pela abordagem de ciclo de aprendizagem vira uma amarra. Desse modo, em relação à leitura e à escrita, no terceiro ano, é preciso organizar o tempo de modo que

O currículo no ciclo de alfabetização é, portanto, uma proposta de reorganização temporal e espacial do ensino, que se traduz em uma nova forma de conceber os percursos de aprendizagem das crianças. A razão da ampliação do período de alfabetização para três anos, sem retenção, se justifica pela possibilidade de o ensino propiciar a produção/apropriação da escrita e da leitura baseado nos princípios da continuidade e do aprofundamento. Nesse contexto, a construção/apropriação do conhecimento pelos estudantes se daria em uma progressão durante o período. (BRASIL, 2012i, p. 7).

Com tal perspectiva, percebo a presença de um currículo que preza pela ampliação do direito de aprendizagem a todas as crianças, que defende a continuidade das experiências, que busca um planejamento bem organizado e que respeita singularidade no tempo de cada aluno. Nessa direção, há uma defesa de currículo multicultural que implica reconhecer e lidar com as diferenças que valorizam os estudantes em suas especificidades, o que abre caminho e terreno para defesa central acerca do currículo que o PNAIC faz: o currículo inclusivo. Esse currículo, que visa atender a todos, comprehende principalmente as diferenças existentes no tempo e na forma de aprender.

Dessa maneira, com tal crença num currículo que inclua a todos, o PNAIC desenvolve em seus textos e materiais de formação alguns pontos específicos que, a meu ver, desenham esse currículo nacional da alfabetização pretendido. Tal desenho se firma na defesa de ciclo de alfabetização - outra maneira de olhar os processos de ensino e que modifica o currículo e a avaliação.

Consideramos, portanto, a importância da elaboração de uma proposta de continuidade e aprofundamento dos conhecimentos a serem explorados na busca pela efetivação da progressão escolar da criança e de suas aprendizagens a cada ano do ciclo, garantindo o seu direito à alfabetização em tempo oportuno (BRASIL, 2012b, p. 23).

O ciclo de alfabetização então é encarado por mim como uma decisão curricular. Decisão essa que não é feita apenas pelo PNAIC e que está além de ser uma escolha de condução do currículo apenas; penso ser também uma necessidade de oficialização dessa organização, que pode ser um caminho de sucesso para a alfabetização nacional. Com essa crença de sucesso, o PNAIC apresenta o ciclo e segue no desenvolvimento dele a caminho da alfabetização na idade certa. A ideia de ciclo, nesse programa de formação e política de currículo, passa a ser associada à alfabetização, pois, na perspectiva da alfabetização adotada pelo PNAIC, esta não acontece em apenas um ano; precisa de um tempo maior para ser consolidada, ou melhor, repensa esse tempo de consolidação, 600 dias letivos.

O ciclo de alfabetização é uma estrutura curricular que favorece a continuidade e a participação dos alunos. Tal organização curricular escolhida e defendida pelo PNAIC também favorece a não exclusão e a não diferenciação entre os alunos que possuem tempos diferenciados; nesse sentido, nega uma lógica excludente e competitiva que se faz presente nas escolas, mas afirma uma lógica da inclusão e da solidariedade pela troca de saberes e pensares possibilitados pela interdisciplinaridade. Assim, o ciclo vai ao encontro de uma perspectiva multicultural da diversidade de saberes, práticas e valores construídos pelos alunos, em detrimento de uma perspectiva conteudista ainda fortemente presente em nossos espaços escolares.

O planejamento é, então, uma faceta de organização fundamental para a construção do currículo da alfabetização desenhado pelo PNAIC e passa a ter ênfase nos cadernos de formação. É possível observar essa delimitação do sentido do currículo para planejamento nos cadernos da Unidade 2, cuja temática central é planejamento, e na Unidade 8, que focaliza organização pedagógica. A importância do planejamento para o currículo da alfabetização parece ser uma tentativa de reedição de um currículo engessado para pensar a organização do ciclo de alfabetização.

Assim, em meio a perspectivas tradicionais e prescritivas de currículo, destaco a complexidade do mesmo. O currículo não é simples, não é aplicável via cadernos de formação de maneira simples, ele precisa ser experienciado o que faz dele uma produção contínua e inacabada.

Concluo então que, o currículo é potente e sua produção engloba muito mais que listagem de conteúdos e que é uma escolha, ainda que imbuída de poder, interesse e relações inesperadas; ainda assim é uma escolha. As defesas que o PNAIC faz para desenhar o caminho curricular que irá garantir o direito à alfabetização plena das crianças do Brasil é uma escolha em detrimento de muitas outras, o que possibilita problematização e questionamento sobre.

Assim, acredito e defendo no presente artigo que essa rede de relações, disputas e posições de poder se constituem sem uma definição fixa do que é ser alfabetizado, pois ainda que haja um método estabelecido, um planejamento a ser seguido ou uma norma a ser aplicada e avaliada o pacto estabelecido é *falso*, pois não há uma alfabetização plena ou idade certa para a mesma.

Referências

AXER, Bonnie. *Todos precisam saber ler e escrever: uma reflexão sobre a Rede de Equivalências da Alfabetização na Idade Certa*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós graduação da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios*: ano 1, unidade 1. Brasília: MEC, SEB, 2012a.

BRASIL. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem*: ano 2, unidade 1. Brasília: MEC, SEB, 2012b.

BRASIL. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado*: ano 3, unidade 1. Brasília: MEC, SEB, 2012c.

LACLAU, E.; MOUFFE. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.